



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

**REQUERIMENTO Nº                    /2017**  
**(da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)**

*Requer a revisão de despacho das proposições abaixo elencadas para que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher se pronuncie acerca das matérias tratadas nos respectivos projetos.*

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 15, de 2016, e do art. 32, XXIV, do RICD, requero a Vossa Excelência determinar a **REDISTRIBUIÇÃO** a esta Comissão das proposições abaixo elencadas que são, por mérito, pertinentes ao seu campo temático, a fim de oportunizar que este órgão se pronuncie sobre as matérias.

Certa do atendimento ao pleito, antecipamos nossos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 2017.

**Deputada SHÉRIDAN**  
Presidente

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

<b>Proposição</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Ementa</b>
PL 4884/2012	Senado Federal - Marta Suplicy (PT-SP)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor sobre licença especial à gestante em situação de risco.
PL 358/2015	Silvio Costa (PSC-PE)	Revoga o art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Explicação da Ementa: Revoga dispositivo que torna obrigatório para a mulher um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, em caso de prorrogação do horário normal, antes do início do período extraordinário do trabalho.
PL 3220/2015	Senado Federal - José Medeiros (PPS-MT)	Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.
PL 6215/2016	Hélio Leite (DEM-PA)	Altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, para instituir o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, feriado Nacional.
PL 7037/2017	Wadih Damous (PT-RJ) e Glauber Braga (PSOL-RJ)	Acrescenta o art. 77-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação da Ementa: Assegurar o direito a maternidade de mulheres que se encontram no cárcere e também preservar a dignidade dos filhos no período fundamental do seu desenvolvimento.
PL 7057/2017	Laura Carneiro (PMDB-RJ)	Altera artigo 396 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para garantir a mãe, durante a jornada de trabalho, dois descansos especiais de meia hora cada um para amamentar e cuidar do próprio filho ou do filho adotado, até que este complete 6 (seis) meses de idade.